



GT 04 – Conflitos Urbanos, Violência e Direito a Cidade

## **ANÁLISE ESPACIAL DO REGISTRO DE CASOS DE MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS (MVI) EM MEDICILÂNDIA (PA): CORRELAÇÕES GEOGRÁFICAS COM AS CONDIÇÕES INFRAESTRUTURAIS URBANAS, DINÂMICA FUNDIÁRIA E A ATIVIDADE ECONÔMICA MINERÁRIA NA REGIÃO DA RODOVIA TRANSAMAZÔNICA NO PARÁ**

Flávia Pinheiro de Souza Melo<sup>1</sup>

José Júlio Ferreira Lima<sup>2</sup>

Luly Rodrigues da Cunha Fischer<sup>3</sup>

### **1 INTRODUÇÃO**

A clareza sobre a origem e a situação registral da terra na Amazônia Legal é um desafio fundamental para o ordenamento territorial da região, segundo Fischer e Silva<sup>4</sup>. Este cenário é agravado por conflitos socioambientais que marcam a malha geoespacial amazônica. Disputas pelo controle, uso e posse da terra resultam em homicídios, crimes ambientais e danos à biodiversidade, afetando diretamente comunidades tradicionais.

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública<sup>5</sup>, em 2023, as cidades amazônicas registraram uma taxa de registro de casos de Morte Violenta Intencional (MVI) 41,5% acima da média nacional. O estado do Pará se destaca nesse contexto, apresentando altas taxas

---

<sup>1</sup> Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, discente do Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento na Amazônia (PPGDDA), flaviameloarquiteta@gmail.com

<sup>2</sup> PhD em Arquitetura, Universidade Federal do Pará, professor titular, jjlimaufpa@gmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Direito, Universidade Federal do Pará, vice coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento na Amazônia (PPGDDA), lulyfischer@ufpa.br

<sup>4</sup> **FISCHER, Luly Rodrigues da Cunha; SILVA, Eymmy Gabrielly Rodrigues da.** Elaboração de macro diagnóstico fundiário municipal na Amazônia paraense: relato de caso da aplicação de protocolo de levantamento registral em Medicilândia, Pará. [S. l.: s. n.], 2024.

<sup>5</sup> FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias da violência na Amazônia.** Vol. 3. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.



de registro de casos de MVI e concentrando quatro dos cinco municípios mais violentos da Amazônia Legal no triênio 2021-2023.

Este artigo foca em Medicilândia, um dos 39 municípios prioritários para o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). Localizado ao longo da Rodovia Transamazônica (BR-230), o município nasceu de um projeto de colonização dirigido pelo Estado na década de 1970, segundo Cardoso e Lima<sup>6</sup>. Sua origem está atrelada à federalização de terras devolutas numa faixa de 100 km de cada lado da rodovia.

Diante deste cenário, o presente estudo propõe analisar a distribuição espacial dos registros de casos de MVI em Medicilândia, cruzando esses dados com outras variáveis geoespaciais (vias, áreas urbanas, localidades, dados minerários, cadastros fundiários e equipamentos públicos). O objetivo é identificar padrões e associações geográficas que possam demandar a intervenção de forças de ordem e promoção de políticas públicas adequadas para o desenvolvimento do município.

## 2 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

### 2.1 Registro de casos de MVI em Medicilândia (2021-2024)

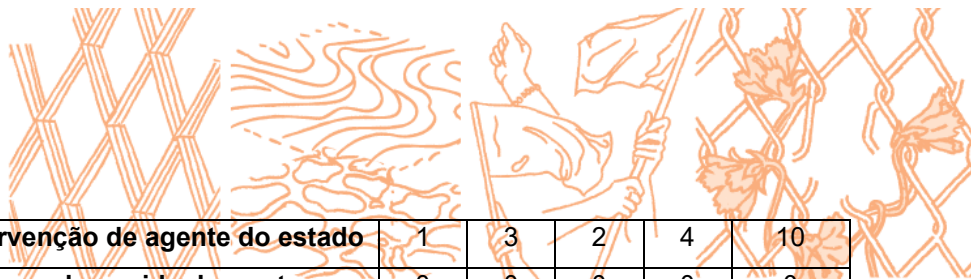
Entre 2021 e 2024, Medicilândia registrou um total de 162 ocorrências classificadas como registros de casos de Morte Violenta Intencional (MVI), englobando sete tipologias criminais, conforme microdados obtidos da SEGUP (PA)<sup>7</sup>. A seguir, quadro 1 apresenta a distribuição dos registros de casos de MVI no recorte temporal em consideração.

**Quadro 1** – Registros de MVI por ano e categoria no município de Medicilândia.

<b>Categorias</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2014</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Estupro</b>	2	3	3	1	9
<b>Estupro de vulnerável</b>	10	18	26	29	83
<b>Feminicídio</b>	1	0	1	0	2
<b>Homicídio</b>	21	10	11	14	56

<sup>6</sup> CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; LIMA, José Júlio Ferreira. A influência do governo federal sobre cidades na Amazônia: os casos de Marabá e Medicilândia. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 12, n. 1, nov. 2009. ISSN 2179-7536.

<sup>7</sup> Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão (e-SIC) à Secretaria de Estado de Segurança Pública (SEGUP) do Pará.



<b>Morte por intervenção de agente do estado</b>	1	3	2	4	10
<b>Lesão corporal seguida de morte</b>	0	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pelos autores.

Estupro de vulnerável foi o crime com maior número de registros, totalizando 83 casos. As ocorrências saltaram de 10 em 2021 para 29 em 2024, um aumento de 190%. Homicídio representa a segunda categoria mais frequente, com 56 registros no período, demonstrando estabilidade nos números anuais de 2022 a 2024. Em relação a outras categorias de crimes foram contabilizados também 10 casos de morte por intervenção de agente do Estado, 9 estupros, 2 feminicídios e 2 latrocínios. A ausência de registros de lesão corporal seguida de morte foi notada no período.

A análise da qualidade dos dados geoespacializados revelou fragilidades estruturais. Foram identificadas três inconsistências significativas: dois registros foram plotados fora do território municipal (um em Altamira e outro em Belém), e um terceiro não possuía coordenadas de latitude e longitude, inviabilizando sua análise territorial.

## 2.2 Análise das Associações Geográficas da Violência

O registro de casos de violência sexual apresenta padrões que variam conforme a tipologia do crime e a localização. No perímetro urbano, os 55 casos registrados de estupro de vulnerável exibem uma correlação com a infraestrutura educacional, com todas as ocorrências situadas a uma distância que varia entre 80 e 495 metros de alguma escola, configurando os entornos escolares como zonas de alto risco.

Na zona rural, os 27 pontos restantes localizam-se próximos a estradas vicinais, mas, em sua maioria, afastados da rodovia Transamazônica, o que sugere um padrão de crime em áreas mais isoladas, porém acessíveis por vias secundárias. De forma distinta, os oito registros de casos de estupro concentraram-se exclusivamente na sede municipal, todos a menos de 200 metros da rodovia Transamazônica, apontando para uma dinâmica de violência associada diretamente a este importante corredor logístico.

Os 54 registros de casos de homicídios dividem-se entre a área urbana (32 casos) e a rural (22 casos). Na zona rural, a proximidade com estradas vicinais (menos de 2 km) é um fator comum a todos os registros de casos. Uma inconsistência notável emerge da análise



fundiária: 21 dos 22 locais rurais são classificados como propriedade privada no Cadastro Ambiental Rural (CAR), que é autodeclaratório, mas nenhum deles possui registro no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF).

A Rodovia Transamazônica (BR-230) consolida-se como um catalisador para diversas formas de violência. Os registros de casos de crimes de feminicídio, latrocínio e 80% dos registros de casos das mortes por intervenção de agente do estado ocorreram ao longo ou nas imediações deste eixo viário. Os casos de feminicídios foram registrados na sede e no povoado de Nova Fronteira, ambos margeando a rodovia, enquanto os casos de mortes por intervenção policial, majoritariamente urbanas, também estão fortemente atreladas à influência da rodovia.

O nexos geográfico que perpassa quase todas as categorias de registros de casos de Morte Violenta Intencional (MVI) é a sua sobreposição com áreas de interesse minerário (minério de cobre). A análise revela que a totalidade dos registros de casos de estupro e de feminicídio ocorreu em regiões com requerimento para pesquisa. A essa sobreposição somam-se 91% dos registros de homicídios, 90% dos registros de estupros de vulnerável, 80% dos registros das mortes por intervenção de agente do estado e 50% dos registros de latrocínios. Notavelmente, a empresa Exe Mineral – Engenharia e Mineração LTDA figura como a titular do requerimento de pesquisa em todas as áreas onde se concentram os incidentes de violência, segundo a tabela de atributos de dados minerários (SIGMINE,2025).

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A distribuição da violência em Medicilândia está intrinsecamente ligada à sua geografia humana e econômica. A análise exploratória revelou padrões espaciais claros: a rodovia Transamazônica funciona como um eixo estruturante da criminalidade letal e da violência sexual; as áreas rurais, marcadas pela incerteza fundiária, são palco de homicídios e violência contra vulneráveis; e os entornos escolares na cidade representam um foco de risco crítico.

A coincidência espacial entre os registros de ocorrências de MVI e as áreas de requerimento para exploração de cobre pela empresa EXE MINERAL sugere uma complexa e preocupante interação entre a expectativa de chegada de projetos extrativistas e a deterioração da segurança pública.



Embora este estudo não estabeleça causalidade, a força dessa correlação aponta para a necessidade de investigações aprofundadas sobre os impactos sociais de grandes projetos de mineração na Amazônia. As políticas públicas de segurança para Medicilândia devem ser intersetoriais e territorializadas, considerando as múltiplas vulnerabilidades identificadas, com foco na regulação fundiária, na proteção de grupos vulneráveis e no fortalecimento institucional para mediar os conflitos socioambientais que definem a região.

## REFERÊNCIAS

**CAR (Cadastro Ambiental Rural - referência ao sistema do Pará) PARÁ** (Estado). Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade. Portal de Análises do CAR. Belém, 2024. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/analise/car/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

CARDOSO, Ana Claudia Duarte; LIMA, José Júlio Ferreira. A influência do governo federal sobre cidades na Amazônia: os casos de Marabá e Medicilândia. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 12, n. 1, nov. 2009. ISSN 2179-7536. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/285>. Acesso em: 16 jun. 2025. doi: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v12i1.285>.

**FISCHER, Luly Rodrigues da Cunha; SILVA, Eymmy Gabrielly Rodrigues da.** Elaboração de macro diagnóstico fundiário municipal na Amazônia paraense: relato de caso da aplicação de protocolo de levantamento registral em Medicilândia, Pará. **[S. l.: s. n.]**, 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias da violência na Amazônia**. Vol. 3. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/16>. Acesso em: 14 jun. 2025.

**SIGEF (Sistema de Gestão Fundiária) SISTEMA DE GESTÃO FUNDIÁRIA** (SIGEF). Plataforma de Governança Territorial. Brasília, DF: INCRA, 2024. Disponível em: <https://sigef.incra.gov.br>. Acesso em: 14 jun. 2025.

**SIGMINE (Sistema de Informações Geográficas da Mineração - ANM) AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM)**. Agência Nacional de Mineração. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br>. Acesso em: 14 jun. 2025.